

# Editorial 75 – ANGOLA ECONOMIC OUTLOOK

## 2023 - Parte 1

**Por: Heitor Carvalho**

No dia 26 de Abril foi apresentado o Angola *Economic Outlook* que juntou, o Governador do BNA e os ministros da Economia e das Finanças. Foi uma iniciativa muito louvável que deve repetir-se, mas sugere-se um formato com mais tempo para debate, pergunta a pergunta, e com algum diálogo, para que as questões possam ser discutidas.

No documento apresentado, os aspectos fundamentais são resumidos em 6 pontos cuja análise dividiremos em 2 partes, deixando para a segunda o ambiente de negócios e os pontos 3 e 5, referentes à política monetária e cambial.

### 1. “[O país] retomou a trajectória de saldos fiscais positivos”.

Na altura coloquei à Sr.<sup>a</sup> Ministra das finanças a seguinte questão. Se os saldos fiscais, entre 2018 e 2022, somaram +2,8 biliões, para que foi necessário contratar mais 3,3 biliões em dívida?

A dívida em Kwanzas correntes subiu, entre 2018 e 2022, de 21,8 para 34,1 biliões; eliminando o efeito cambial, valorizando a dívida em moeda externa ou indexada ao câmbio de 2022, subiu de 30,8 para 34,1 biliões. Ora se houve quase sempre saldos fiscais positivos para que foi necessário aumentar a dívida facial em cerca de 3,3 biliões? E para onde foram os 6,1 biliões correspondentes à soma dos saldos fiscais com o crescimento da dívida?

O que se esperaria seria que, a cada ano de saldos positivos, se contratasse menos dívida do que a que tinha de ser paga, reduzindo o seu *stock*, mas, em vez disso, a dívida aumentou!

Apresentei duas possíveis explicações para este comportamento, assumindo que seria gravíssimo se não existisse qualquer explicação: a despesa para a cobertura de prejuízos das empresas estatais e os subsídios aos combustíveis. As primeiras nunca aparecem nos relatórios de execução fiscal, o que deve ser urgentemente corrigido em nome da mais elementar transparência, mas aparecem como despesa financeira (aquisição de activos financeiros) nos relatórios de fundamentação dos OGE. Só que despesas de aumento de capital para cobertura de prejuízos não devem ser considerados como despesa financeira. Os investimentos financeiros são a aquisição de activos hoje, para que gerem resultados amanhã, os lucros recebidos e a cobertura de prejuízos são receita e despesa fiscal, respectivamente. Dinheiro para cobrir prejuízos é despesa operacional do Estado e, portanto, despesa fiscal pela sua natureza, qualquer que seja a sua forma. Ora, somando os investimentos em activos desde 2018 a 2022 temos cerca de 3,2 biliões, o que, subtraídos aos saldos fiscais de 2,8 biliões, dá -0,4 biliões, portanto, um saldo fiscal negativo!

Para explicar os 3,3 biliões de crescimento da dívida faltam ainda 2,9 biliões.

Os subsídios aos combustíveis, aparecem pela primeira vez na sua totalidade, pelo menos aparentemente, na execução de 2022, o que é de louvar. Nos anos anteriores, embora se soubesse que existiam e eram superiores a 1 bilião de Kwanzas, os subsídios a preços ficavam-se por 0,2 a 0,3 biliões. Finalmente assumiu-se que, em 2022, totalizaram 1,7 biliões. Portanto, os restantes 2,9 biliões de crescimento da dívida correspondem, nos 3 anos entre 2018 e 2021, a cerca de 1 bilião de Kwanzas por ano, o que é bastante congruente com o valor dos subsídios aos combustíveis.

Pese embora a enorme falta de transparência e o perigo potencial de corrupção que esta forma de tratar o problema pode acarretar, aparentemente, os 3,3 biliões de crescimento da dívida facial têm uma explicação. Porém, isso significa também, que os saldos fiscais foram, na verdade, negativos até 2022, tornando-se positivos, em 2022, devido ao crescimento exponencial da receita fiscal petrolífera.

Não quer dizer que a eficácia fiscal não tenha melhorado. Melhorou muito, e considero o trabalho do Ministério competente, com muito maior grau de disciplina na execução e defendendo uma despesa mais eficiente e socialmente justa, o que é, em geral, incompreendido.

Mas, infelizmente, só conseguimos saldos fiscais positivos em 2022 e, tal como no passado, por causa do aumento dos rendimentos das exportações. A verdade é para ser dita!

Aliás, muito mais importantes do que os saldos fiscais, são os saldos fiscais não-petrolíferos. Registrando no saldo fiscal as aquisições de participações em empresas estatais acima discutido, o saldo fiscal não petrolífero, situa-se em cerca de 7 biliões de Kwanzas quer na execução de 2022 quer nos OGE de 2022 e 2023, correspondendo sempre a cerca de 54% da despesa fiscal, baixando de 120% para 114% da receita não-petrolífera (117% no OGE 22) e de 16,4% para 15,1% do PIB não-petrolífero (15,9% no OGE 22).

É este saldo negativo de cerca de 16% do PIB (veremos como se executa o OGE 23) que temos de eliminar. Para o fazer, sabendo que a receita não-petrolífera apenas representa 13% do PIB não-petrolífero, ou a receita cresce para mais do dobro ou a despesa se reduz para mais de metade ou uma combinação de ambas. Estamos certos de que a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos compreende, mas pensamos que deverá fazer mais e mais depressa e, sobretudo explicar melhor o problema e apresentar uma estratégia clara para a sua solução. É absolutamente necessário começar JÁ este enorme esforço para se alcançar um equilíbrio orçamental não petrolífero em cerca de 10 anos, data em que, provavelmente, deixaremos de ter rendimentos petrolíferos!

## **2. “[O país] reduziu o stock de dívida pública em percentagem do PIB.**

De acordo com o documento do *Outlook*, a dívida governamental representava 66% do PIB em 2017 e 61% em 2022. Há, efectivamente uma redução do peso, mas muito residual. Na verdade o peso no PIB foi crescendo, atingindo cerca de 125%, em 2020; depois, recuperou para 78% em 2021 e 61% em 2022. A dívida aumentou para o dobro e regressou aos níveis de 2017! A única justificação plausível para esta variação brusca e extraordinária, foi a variação brusca e extraordinária dos preços do petróleo. Houve um esforço de contenção e de procura de saldos fiscais positivos, que foi parcialmente conseguido, mas o que realmente determinou a subida e a descida do peso da dívida no PIB foram os preços do petróleo e gás, e, em menor medida, o dos diamantes.

## **4. “[O país] Voltou a registar saldos superavitários na conta corrente da balança de pagamentos”.**

As exportações de bens e serviços não petrolíferos baixaram, de um valor médio trimestral de 289 para 171 milhões de USD, entre 2017 e 2022. A cobertura das importações não petrolíferas pelas exportações não petrolíferas melhorou muito ligeiramente de 9,2% para 11,0%, entre 2017 e 2022, graças à redução das importações. Sem os diamantes passaríamos de uma cobertura de 5,3% para 3%!

Em resumo, continuamos a ter quase 90% das nossas importações suportadas pelas exportações petrolíferas! E qualitativamente estamos tal como estávamos em 2017, e estaríamos bastante pior sem os diamantes! Do lado das exportações não petrolíferas não existe, ainda, qualquer melhoria!

## **4. “[O país] Retornou [a] trajectória de crescimento económico, depois de um período longo de recessão”.**

É verdade! Contudo, ainda não recuperámos para os valores de 2017. Entre 2017 e 2022, o PIB real decresce 3,6% e, em USD correntes (sem inflação), decresce 5%! Foi uma legislatura perdida em termos de crescimento, no que, penso, estamos todos de acordo, pois passámos 3,5 dos 5 anos em recessão! Porém, não concordamos que se diga que estamos numa fase de crescimento. O PIB desenhou uma trajectória em U incompleto e ainda não chegámos ao ponto de partida; estamos

ainda em recuperação. Oxalá tenhamos um bom crescimento a partir de agora, mas a previsão apresentada, abaixo da média das economias sub-sarianas não é muito animadora.

No *outlook* falou-se muito de indicadores fiscais e monetários, que são importantes, mas o factor determinante para o crescimento da nossa economia será o ambiente de negócios. Iniciaremos a parte 2 com a sua análise.

Luanda, 8 de Maio de 2023